

35º Encontro Anual da Anpocs

GT35 - Teoria política e pensamento político brasileiro:
normatividade e história

Sociedade em movimento: a semântica do Estado Novo
como disputa na revista Cultura Política

Pedro Benetti

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ) –
Mestrado em Ciência Política

2011

Introdução

A recente ampliação do debate sobre História do pensamento no Brasil abriu a possibilidade de um diálogo frutífero entre o campo do Pensamento Social Brasileiro e abordagens teórico-metodológicas já tradicionais em outras academias do mundo, particularmente na Inglaterra e na Alemanha. As inovações trazidas por Quentin Skinner, no âmbito da Escola de Cambridge (ou enfoque collingwoodiano, como preferem seus autores), e por Reinhart Koselleck, no contexto da História dos Conceitos, fornecem um novo pano de fundo para o estudo de nossas particularidades. Se por um lado nossa profícua produção acadêmica dispensa uma adesão irrefletida a modelos importados de produção do conhecimento social, por outro a maturidade da historiografia brasileira exige esse tipo de contato e debate com outras matrizes de pensamento, de maneira a verificar que métodos e técnicas de investigação podem nos servir no esforço de compreensão do nosso objeto preferencial – a História brasileira, entendida de maneira mais abrangente.

É nesse sentido que pretendo incorporar as inovações da História conceitual para compreender questões relativas à conformação do nosso vocabulário político e, por conseqüência, da nossa estrutura política e social em sentido mais amplo. Ao estudar a Revista Cultura Política, devo me concentrar em um período relativamente curto da História brasileira que, no entanto, foi fundamental do ponto de vista das transformações aceleradas na própria forma de compreensão do homem sobre sua realidade. O Estado Novo pode ser considerado um momento de resignificação de boa parte da linguagem habitual da política brasileira. Nesse contexto, a influência dos intelectuais foi fundamental do ponto de vista da construção de um discurso público, aceito e difundido pelo Estado.

A História dos Conceitos pode e deve ser estudada de maneiras diversas, entendendo sempre a complexidade inerente à estrutura dos próprios conceitos. Ou seja, justamente por compreender que um conceito acumula significados e temporalidades diferentes, dependendo de quem o mobiliza na disputa política, é que se faz necessária uma abordagem aberta do sentido de cada objeto

estudado. Em outras palavras, é preciso analisar um conceito de perspectivas diferentes, de acordo com fontes distintas, compreendendo que cada ator social, individual ou coletivo, investe expectativas e sentidos diversos no uso da linguagem. Assim sendo, ao estudar uma revista publicada por um órgão governamental, tal como é o caso de Cultura Política, subentende-se que a perspectiva dos grupos sociais que controlavam o Estado naquele momento prevalecerá. Isso é em parte verdade, mas não completamente, se pensarmos na possibilidade de interpretação dos artigos da publicação como a pura veiculação do discurso oficial. De qualquer maneira, o fato de estar vinculada ao Estado determinava seus limites editoriais, o que podia ou não ser considerado, bem como imprimia uma perspectiva particular de cultura, entendida como algo implicado na política. O nome da revista revela este tipo de entendimento mais holístico das relações sociais, no qual o tema cultural era preocupação central da política estado-novista.

Tal exercício deve, no entanto, ser precedido por um panorama mais abrangente do campo de estudos históricos e sociológicos sobre o pensamento social e político. Longe de oferecer um debate aprofundado sobre o tema, esta apresentação inicial terá o único objetivo de inserir as questões trabalhadas dentro de um contexto mais amplo de reflexão, com o intuito de permitir o mapeamento de algumas tradições já consolidadas na área.

Com isso, não se exclui a possibilidade de que importantes discussões para a história intelectual apareçam apenas de maneira marginal no texto. Da mesma forma, não está descartada a possibilidade de que autores de referência na reflexão sobre a produção e a apreensão histórica do conhecimento e das linguagens sejam deixados de fora do trabalho, seja por ignorância deste autor, seja pelo fato de que suas reflexões fogem ao escopo delimitado aqui.

Mesmo no que se refere ao tratamento das escolas escolhidas, é preciso reconhecer as limitações de pensar apenas alguns autores de maneira atomizada, separada do contexto intelectual no qual produziram suas obras. Dessa maneira, separamos os pensadores de seus interlocutores e de algumas das questões fundamentais que os mobilizavam em seu universo acadêmico.

As diferentes perspectivas acerca da história do pensamento político desenvolvidas ao longo do tempo

Ainda que seja difícil estabelecer um marco inaugural dos esforços de reflexão acerca de uma história do pensamento político, é possível compreender a constituição deste debate no século XX, a partir da influência exercida pelo idealismo estruturado na filosofia de Hegel.

Suas reflexões contribuíram para consolidar o processo de deslocamento da história como repetição da política para um modo de pensamento linear, no qual a História se apresenta como progresso, evolução e desenvolvimento do espírito humano. Ao estabelecer o horizonte de uma autonomização ontológica da História, Hegel abre espaço para a existência de um desenvolvimento histórico que independe da capacidade humana de apreendê-lo. Nesse modelo, seria possível observar, em momentos específicos, a encarnação de um espírito que transcende a compreensão oferecida pelo contexto político e social mais imediato. Isto é, em determinados períodos históricos, os seres humanos tiveram a sensibilidade de apreender um espírito cuja vida perpassa a História da humanidade em sentido mais amplo.

A busca pelos momentos nos quais o espírito se manifesta (como na Grécia e na Roma antigas ou no renascimento) é um dos elementos da filosofia de Hegel que mais influência tem sobre as formulações da História das Idéias, tal como concebida por seu principal autor, Arthur Lovejoy. Este primeiro esforço de sistematização da história do pensamento político, em uma disciplina organizada nos moldes da academia contemporânea, abre o debate sobre as particularidades inerentes ao estudo do pensamento. Ainda que esta vertente da história intelectual difira significativamente daquelas que a sucederam (como a História das Mentalidades, o enfoque colingwoodiano e a História dos Conceitos), seu impulso foi importante para consolidar uma discussão sobre o tema. Para além das questões teóricas suscitadas nesse contexto, cabe ressaltar também as implicações desta reflexão para a própria organização deste ramo de pesquisa na academia.

Segundo Lovejoy, a História das Idéias deveria constituir uma disciplina autônoma em relação às demais ciências sociais. No entanto, isso não quer dizer que seu programa não requisitasse um intenso intercâmbio com os outros estudos na área de humanas.

Suas reflexões indicavam a pesquisa no campo da história do pensamento como um trabalho de precisão, semelhante aos desenvolvidos no campo das ciências naturais. Convencido de que, no plano do pensamento, a novidade constituía a exceção, e não a regra, Lovejoy procede a uma análise de idéias substanciais que se apresentam em diferentes momentos históricos sob diferentes formas. O que se pretende afirmar é que os grandes sistemas de pensamento e os principais momentos da reflexão humana sobre sua própria condição nada mais são do que “traduções” de idéias gerais formuladas anteriormente para um determinado contexto específico. Naturalmente, não é impossível que surjam idéias originais. O ponto é que estas são exceções dentro de sistemas que reproduzem e adaptam idéias já disponíveis. Assim sendo, seria possível a identificação de idéias-unidade, em cima das quais as teorias sociais e políticas se construiriam. Por isso, cabia ao historiador das idéias “limpar” as construções teóricas de cada tempo dos “vícios” inerentes ao seu período histórico, de maneira a identificar com clareza o núcleo constitutivo destas teorias.

Se no campo da teoria política contemporânea os autores de corte hegeliano se diferenciam de pensadores kantianos justamente por sua reivindicação historicista, neste caso particular o hegelianismo de Lovejoy é criticado justamente pelo nível de abstração que sugere para as idéias. Ao falar em idéias-unidade, o autor estabelece a busca por elementos que estão fora da História, que não derivam dos contextos específicos de cada período, mas aparecem nos diversos momentos como encarnação de algo que é transcendental em sua natureza. A observação destas idéias está restrita ao campo da lógica, onde podem ser encontradas em estado puro. Ainda que o recurso ao contexto histórico tenha como fim a compreensão de algo que o transcende, as idéias-unidade que atravessam a História, este movimento de observação contextual oferece uma primeira alternativa de superação de uma

certa tradição de estudos da história da filosofia e do pensamento político, segundo a qual os grandes sistemas são produtos de grandes gênios, que dialogam entre si de maneira independente das questões conjunturais de suas vidas.

A reivindicação contextualista apresentada por Loverjoy, ainda que de maneira parcial e limitada, constitui o núcleo das pesquisas desenvolvidas por outras tradições de estudo da História do pensamento político. A História das Mentalidades, nascida no âmbito da Escola dos Anais, é um exemplo de programa que, por meio da integração de esforços no campo das ciências sociais, busca elaborar uma compreensão dos contextos passados como forma de acessar um entendimento mais preciso das formulações de teoria política e de filosofia em cada tempo histórico. Ao se empenhar numa abordagem mais holística, Lucien Febvre investiga o que é da ordem do “homem comum” na história do pensamento. Essa fuga do pensamento canônico tem o objetivo de determinar aquilo que poderia ou não ser pensado por cada ator histórico no interior de seu contexto.

Ao transitar entre a sociologia, a antropologia das sociedades primitivas e a psicologia, o programa da História das Mentalidades busca montar um quadro geral do que seriam as “utensílagens mentais” (conjunto das ferramentas mobilizadas consciente e inconscientemente) disponíveis aos indivíduos em cada período. O trabalho de pesquisa, nesse sentido, deve ser exercido coletivamente, na medida em que pressupõe uma vasta pesquisa de fontes, que vá muito além do oferecido pelos grandes pensadores. A determinação do contexto social sobre a produção de pensamento aparece de maneira forte nesta tradição. A possibilidade de uma História total, ainda que apreendida sempre de maneira relacional, viabiliza a concepção de uma estrutura mental comum, por mais que esta não seja experimentada por todos os indivíduos da mesma forma. As análises dos períodos históricos, sempre uns em relação aos outros, se dá por meio da reconstituição das linguagens, dos hábitos e das estruturas mentais de cada momento. Ao compreender a totalidade das relações e dos pensamentos humanos como condicionados pelas estruturas gerais de cada período histórico, a História das Mentalidades rejeita o pressuposto

hegeliano de uma metafísica do espírito, transversal em sua natureza. Nesse sentido, Febvre se afasta diametralmente dos pressupostos teórico-metodológicos da História das Idéias de Lovejoy.

A noção de que o horizonte do pensável está limitado pelo que é da ordem do pré-razional, do que nos é dado pelo mundo em que vivemos, teria repercussões em reflexões futuras. De maneira diferente, a formulação de um horizonte de expectativas, na obra de Koselleck, atende a um princípio familiar, correspondente à mesma natureza contextualista. É importante diferenciar, entretanto, que a categoria de Febvre tem uma relação muito mais íntima com o tempo presente, com aquilo que pode ser pensado pelos indivíduos em cada tempo histórico de acordo com as restrições estruturais daquele momento. Ela não implica numa projeção de futuro, mesmo que de maneira típica ideal, como no caso de Koselleck. Este, por sua vez, trabalha com o horizonte num plano em que há uma exigência de profundidade temporal. Não se fala apenas daquilo que cada um pode pensar com as categorias disponíveis em cada tempo histórico, mas também de uma dimensão temporal orientada pelo tipo de experiência, individual e coletiva, que se tem do passado e do presente. As fontes filosóficas desta categoria são outras e podem ser encontradas na própria academia alemã (nas formulações de Heidegger, por exemplo).

Tanto a História das Mentalidades quanto a História das Idéias se apóiam numa crítica ao personalismo excessivo existente no estudo da história do pensamento político e filosófico. Ambas buscam esvaziar os cânones, os grandes pensadores, de capacidades sobre-humanas. No entanto, estas escolas procedem a esse exercício por vias que são muito diferentes. Enquanto a primeira o faz por meio de uma reivindicação contextualista irreduzível, por meio de um historicismo que só permite compreender os homens e as idéias em seu próprio tempo, a última apela ao contextualismo de maneira instrumental, uma vez que são as idéias as protagonistas da História. Em outras palavras, ao passo que a História das Mentalidades questiona o estudo da filosofia e do pensamento político por meio de um projeto que ressalta a determinação das estruturas históricas, a História das Idéias apresenta o pensamento quase como reinterpretações das palavras e significados que representam uma idéia.

O caráter mais estrutural da História das Mentalidades é uma marca compartilhada pela Sociologia do Conhecimento, tal como concebida por Karl Mannheim. Inserido numa tradição de pensamento marxista, Mannheim busca rever e superar os limites teóricos de sua principal fonte de influência. Nesse sentido reivindica a precedência da estrutura sobre o indivíduo na produção do conhecimento, mas não se limita a uma perspectiva de classe. São diversos os elementos estruturais que determinam o pensamento. Por mais que a classe seja reconhecida como o elemento que exerce maior peso nessa determinação social do pensamento, Mannheim atenta para outras questões como as gerações, os grupos de status, as seitas, os grupos ocupacionais, as escolas e outros.

Ainda que possa ser individual, o sujeito pensa a partir do grupo a que pertence. Nesse sentido, não seria equivocado falar em um sujeito coletivo do conhecimento, imerso nas determinações históricas de cada tempo. Assim como na História das Mentalidades, o perspectivismo desempenha papel central na Sociologia do Conhecimento. O entendimento de que as estruturas nas quais se inserem o pensamento são determinadas historicamente leva à conclusão de que a observação de uma história do pensamento deve necessariamente obedecer a um princípio historicista, contextualista, anti-metafísico na sua essência.

Nesse ponto, novamente a Sociologia do Conhecimento se aproxima da História das Mentalidades na rejeição de um elemento que é central para a História das Idéias, a permanência transcendental das idéias no tempo. A idéia de que a posição do observador, no tempo e na sociedade, determina sua percepção dos fenômenos e seu modo de pensar se desdobra numa perspectiva da linguagem cara à Koselleck. Ao afirmar que “o fato de que a mesma palavra, ou na maioria dos casos o mesmo conceito, significa coisas muito diferentes quando usados por pessoas diferentes”¹, Mannheim reconhece o caráter múltiplo dos conceitos, um pressuposto metodológico e teórico imprescindível na História dos Conceitos. Sem a noção de polissemia, ou seja,

¹ Mannheim, pg 294.

de disputa e diferença em torno dos significados dos conceitos, não seria possível ou necessário a realização de uma História dos Conceitos.

Cabe, nesse momento, observar que os diversos programas de pesquisa discutidos não tiveram necessariamente uma interlocução direta entre si. Os pontos de contato e as divergências trabalhadas são resultado de uma observação externa a essas próprias linhas de pensamento. Essa ressalva é importante para que se compreenda que, mesmo nos casos em que há evidente aproximação entre as posições teórico-metodológicas de cada escola, as influências e fontes de suas formulações podem ser completamente distintas.

As contribuições do enfoque colingwoodiano

O estudo da História das Mentalidades e da Sociologia do Conhecimento revela uma preocupação fundamental com a compreensão do indivíduo na sua sociedade, no seu contexto histórico específico. É essa preocupação com o entendimento do homem no seu tempo que estrutura a formação da Escola de Cambridge ou enfoque colingwoodiano, na reivindicação de seus próprios expoentes. Tendo o anacronismo da historiografia científica do século XX como principal adversário, Quentin Skinner e John G.A. Pocock desenvolvem um método de pesquisa que busca a compreensão dos cânones a partir do contexto político, social e intelectual em que viviam. Há uma diferença significativa de escopo em relação às empresas intelectuais da História das Mentalidades e da Sociologia do Conhecimento. Enquanto estas, especialmente a História das Mentalidades, se preocupam com questões que são de ordem mais geral, que afetam e determinam a vida do homem comum, os autores desta tradição inglesa estão mais restritos ao universo do pensamento político, ainda que compreendido de uma perspectiva inédita.

A noção fundamental para estes autores é a de que as idéias não têm vida, e sim os indivíduos que as pensam. Assim sendo, é preciso compreender o lugar destes indivíduos no mundo (seus adversários, intelectuais e políticos, sua formação, suas influências, suas posições na política cotidiana etc.). Dessa maneira, critica-se a concepção de que o pensamento pode produzir idéias

atemporais. Essa historicidade da razão aponta para o fato de que os pensamentos não têm transcendência, destacando-se o uso que as pessoas fazem das idéias. Nesse caso, o foco é sobre o uso da linguagem e não sobre a persistência das palavras no tempo, uma vez que não existem idéias permanentes de qualquer natureza.

Assim, Skinner busca evitar interpretações que se construam a partir de idéias que não foram pensadas, ou seja, rejeita a criação de mitologias a partir dos textos antigos. Na medida em que se mergulha numa linguagem anterior e se percebe que os mesmos termos têm usos distintos, desnatura-se o seu uso contemporâneo – o que permite que se adquira ferramentas para pensar alternativas políticas à realidade vigente. Nesse sentido, o projeto colingwoodiano tem um sentido que vai além do antiquarismo de que são acusados seus autores. Mais do que investigar as questões de outro tempo na linguagem de seus autores para descobrir suas intenções, os esforços de Skinner podem encontrar um sentido na teoria política do presente.

Esse processo de desnaturalização de conceitos presentes e de combate ao anacronismo, à influência das questões do presente sobre o olhar do historiador para a teoria política passada, exige uma reconstrução perfeita do passado, pelo menos do ambiente no qual foram produzidas as obras estudadas pelos historiadores de Cambridge. Este trabalho de precisão histórica converge (ainda que a partir de origens e com objetivos muito diferentes) com aquele desenvolvido pela História das Idéias. Em ambos os casos, parte-se do pressuposto de que as idéias originais, as inovações, são mais raras do que pressupõe a tradição de estudos sobre história da filosofia e do pensamento político.

Entende-se que a maior parte das idéias apresentadas pelos grandes pensadores já estavam disponíveis quando de sua utilização em determinada obra. No entanto, Lovejoy e seus seguidores entendem essa disponibilidade das idéias de maneira transcendental, metafísica. Já os historiadores ingleses acreditam que a disponibilidade destas idéias estava dada no contexto intelectual e político dos próprios autores, nos diferentes momentos históricos.

Advém daí a necessidade de estudar não só as obras canônicas, como também as produções de autores desconhecidos, de menor relevância. Esse esforço comparativo permitiria saber quais as idéias e conceitos se faziam presentes de uma maneira geral na vida intelectual de cada tempo e quais as verdadeiras inovações trazidas pelos pensadores que foram consagrados como clássicos posteriormente. Diferentemente da História das Mentalidades, os estudos orientados metodologicamente pelo enfoque colingwoodiano têm como fonte principal os textos dos grandes autores. Apesar de alguns esforços de compreensão dos contextos políticos e sociais que marcavam o período em que viveram os autores estudados, o foco é quase restrito ao mapeamento do universo intelectual no qual estavam inscritos estes autores.

A partir de então, Pocock formula a concepção de que aquilo que se diz só pode ser compreendido por quem ouve a partir da partilha de um determinado campo de linguagem. O discurso é a unidade básica da História tal como produzida por Pocock. As linguagens a que se refere Pocock não são necessariamente os diferentes vocabulários políticos que se sucederam no tempo de maneira linear. Da maneira como o autor elabora esta questão, diversas linguagens políticas podem coexistir num mesmo período, inclusive no interior de uma mesma língua, apropriadas por grupos específicos e, freqüentemente, utilizadas em oposição umas as outras.

As reflexões teóricas de Pocock no campo da linguagem são derivadas, principalmente, das leituras John Austin e Ferdinand Saussure. É deste último autor que Pocock toma emprestadas as categorias de *langue* e *parole* como elementos que estruturam o discurso. Na sua perspectiva, as diferentes linguagens políticas se constituem a partir da relação constante entre os dois elementos, sendo a *langue* a estrutura mais geral da língua na qual está inserido um ator e um discurso e a *parole* sendo a própria fala de um autor específico. A *parole* só pode ser pensada e articulada no interior de uma *langue*, mas esta, por sua vez, é o resultado da soma de diversas *paroles*. Os discursos se articulariam entre a *langue* e a *parole*. No entanto, apesar de sua aproximação com o campo de estudos da linguagem, Pocock sustenta a necessidade de diferenciação entre o historiador e o filósofo da linguagem. Sua empreitada tem

um conteúdo historiográfico inapelável, ainda que como historiador dos discursos.

A fala e a linguagem também aparecem nas reflexões de Skinner de maneira destacada. Ao seguir a sugestão de Robin George Collingwood - que indicou a necessidade de reconstruir a história do pensamento não como uma série de tentativas de responder a um conjunto canônico de questões, mas sim como uma seqüência de episódios em que as respostas, assim como as questões, mudaram freqüentemente -, Skinner se aproximou da necessidade de compreensão dos universos particulares de cada grande autor. Com isso, sua teoria se centra na idéia de reconstituir discursos que poderiam ser aceitos por seus autores como legítimos. Assim, a teoria dos atos de fala, de John Austin, exerce influência como instrumento de conhecimento das intenções de cada autor. Dessa forma pretende-se mostrar que o pensamento político é mais contingente do que se supunha até então.

Este tema das intenções foi certamente um dos mais controversos pontos dos escritos metodológicos de Skinner. Afinal, muito se indagou sobre a real possibilidade de aferir precisamente qual era a intenção de um determinado autor no momento em que escrevia um texto político. De uma maneira geral, ao trazer o tema das intenções, Skinner reafirmava sua bandeira principal – a necessidade de compreender os textos clássicos no seu contexto, reconhecendo os adversários e interlocutores políticos e intelectuais dos grandes pensadores. Não obstante, as críticas levaram Skinner a uma reconsideração do tema e a uma reflexão mais aprofundada desta passagem de sua obra. Em revisões e escritos posteriores ao clássico “Meaning and understanding in the History of ideas”, o autor coloca a questão da intenção em novos termos. A partir de então, a intenção é entendida como algo que está inscrito no texto, e não como uma etapa anterior. Este momento que precede a escrita do texto seria a motivação, cujo conhecimento é, na prática, impossível. No entanto, a intenção pode ser compreendida se tomarmos a inscrição do próprio texto em uma determinada realidade. A indagação de Skinner se concentra em saber o que autor estava fazendo ao escrever um texto. Novamente, o foco está na interlocução política e intelectual que a escrita de um

texto pressupõe. Talvez seja justamente esse o ponto de maior aproximação entre as formulações teóricas de Skinner e de Koselck, a idéia de que um período deve ser compreendido em termos que seriam aceitáveis para as pessoas que nesse período viviam.

A História como teoria – as reflexões de Reinhart Koselleck

As pesquisas do historiador alemão Reinhart Koselleck se apoiam em duas pernas, sendo uma de caráter mais metodológico e outra de natureza mais teórica. Ainda que alguma separação temática possa ser verificada na análise de alguns de seus textos, a maioria dos escritos deixados pelo autor transita entre essas duas faces de sua reflexão. Por um lado, seus textos mais próximos do que se poderia chamar de teoria não deixam de revelar sua aproximação metodológica dos objetos escolhidos. A epistemologia pressuposta em sua teoria subjaz toda a obra, assim como a metodologia de trabalho mais imediata. Por outro lado, em suas formulações metodológicas, os exemplos escolhidos são sempre relativos ao período sobre o qual teoriza, o que traz a estes textos uma reflexão que se pode considerar teórica.

Essa divisão entre teoria e metodologia, por mais arbitrária que seja, atende ao objetivo de facilitar uma primeira aproximação com a obra do autor. Koselleck é um historiador, e não um cientista social, mas suas reflexões são marcadas pela investigação de um tema caro à sociologia, o nascimento da modernidade. É a partir do desejo de compreender a origem e as características da modernidade que este historiador orienta sua pesquisa. Essa é a razão pela qual, do ponto de vista teórico, seja possível aproximá-lo de autores das ciências sociais e colocá-lo em debate com as teorias correntes. Mas seu interesse na gênese do mundo moderno tem um recorte definido no tema da linguagem. A apreensão do novo momento vivido pelo homem a partir do plano linguístico constitui o centro da atividade acadêmica de Koselleck. Ele se dedicou, ao longo de sua carreira, à compreensão das maneiras pelas quais essa modernidade se traduziu linguisticamente e, mais além, nos efeitos do mundo moderno sobre a organização do vocabulário político e social correntes.

Esse longo caminho que parte de uma metodologia – a História dos Conceitos – e passa por uma consideração teórica – seu estudo da apreensão linguística da Modernidade – tem como ponto de chegada uma reflexão meta-teórica, qual seja, a compreensão das condições de possibilidade da História. Koselleck é, por excelência, um meta-teórico da disciplina em que está inserido. Mas não só da História como disciplina científica, constituída em universidades de acordo com os padrões acadêmicos contemporâneos. Ele pensa para além disso, na maneira como as categorias do tempo – passado, presente e futuro – determinam a forma do homem se entender no mundo. A partir disso é que se tornam possíveis os diferentes tipos de História que já se pensaram em outros momentos e no atual. É essa a estação final de seu percurso intelectual.

A. O método – a História dos Conceitos

O método de análise linguística desenvolvido por Koselleck não está necessariamente ligado às suas reflexões sobre a modernidade. Em teoria, é possível fazer História dos Conceitos em qualquer tempo histórico, a depender das fontes disponíveis. A premissa fundamental deste método é a de que a realidade só se torna possível a partir de sua mediação linguística. Embora o mundo não seja linguisticamente constituído, ou seja, embora exista uma dimensão material que conforme o mundo, a língua é fundamental para viabilizar as relações sociais. Um evento histórico só adquire essa condição a partir de sua apreensão no campo da linguagem. Da mesma maneira, a forma como os atores mobilizam o vocabulário político e social disponível limita as possibilidades de ação existentes em cada contexto analisado. Assim sendo, ainda que a linguagem não constitua sozinha a realidade, ela é uma condição para a constituição da mesma e um elemento ativo na conformação do mundo material. Mais do que isso, ela é um elemento sem o qual não se pode fazer política ou História. De acordo com as premissas da História conceitual, o conceito não é apenas representação, sintoma de algo. Ele é também uma parte fundamental da própria construção da realidade social. Koselleck se opõe à noção de que a língua é a última instância do processo de apreensão histórica. Na verdade, o conceito articula-se a um contexto sobre o qual pode atuar,

modificando seu próprio objeto de descrição. Advém daí a necessidade de estudar a História dos Conceitos sempre em conjunto com a História Social.

A História dos Conceitos seria, portanto, uma dimensão fundamental do estudo da História, mas algo que segue tendo esse estatuto, de uma dimensão da História e não de sua totalidade. Com isso, o que se afirma é que a compreensão das transformações conceituais não é suficiente para o entendimento das transformações estruturais processadas no mundo material. Inclusive, a História dos Conceitos é pensada de maneira quase subsidiária à História Social, confirmando a impossibilidade de substituir um estudo por outro. A idéia que se constrói nessa reflexão é a de desenvolver duas agendas de pesquisa complementares e interdependentes. A História Social não é passível de realização sem uma História dos Conceitos adequada, que a auxilie. No entanto, esta História dos Conceitos não rompe esse limite, de uma ferramenta na compreensão de um universo mais complexo, que a transcende.

Em sua busca pela apreensão do universo lingüístico, Koselleck se concentra nos conceitos como elementos fundamentais da constituição de sua agenda de pesquisa. O autor alemão ressalta que os conceitos são a base de qualquer unidade de ação política, lembrando, no entanto, que o processo de sua formação é complexo e envolve questões que transcendem os limites puramente lingüísticos. Por esse motivo, é preciso entender o que diferencia um conceito dos demais termos de uma língua. Enquanto uma palavra tem um sentido unívoco, um conceito é, por definição, polissêmico. Cada palavra remete a um significado e a um conteúdo, mas isso não quer dizer que se possa teorizar sobre a mesma. Os conceitos, por sua vez, são palavras acerca das quais se pode teorizar. Um conceito é um campo aberto de disputa, no qual diferentes atores sociais investem diferentes significados e expectativas. O conceito é sempre múltiplo, seja do ponto de vista temporal (em que diferentes significados o acompanham e deixam de acompanhá-lo numa linha de desenvolvimento do tempo), seja do ponto de vista das disputas políticas do dia-a-dia, que fazem com que ele comporte diversos significados de maneira simultânea.

Assim sendo, os conceitos têm um duplo caráter. Eles são diacrônicos na medida em que sua utilização depende de um acúmulo de significados que se processa no tempo e pode ter continuidade para além do momento de seu uso. Sempre que um ator social faz referência a um conceito, ele o faz no sentido de evocar algum dos significados que em algum momento acompanharam aquele conceito. A idéia é que a própria comunicação exige uma dimensão diacrônica, uma vez que a inteligibilidade só é possível num plano em que os significados são compartilhados por todos os interlocutores. A construção de narrativas de transformação privilegia por natureza essa dimensão diacrônica. Esse é o caso da teoria da modernidade desenvolvida por Koselleck, na qual ele busca apreender um processo de substituição do vocabulário político alemão no alvorecer da modernidade, entre 1750 e 1850, aproximadamente.

Por outro lado, eles são sincrônicos no sentido em que cada vez que um ator social os utiliza, ele faz uma referência particular. Ou seja, cada uso do conceito tem um significado particular em um momento particular, ainda que evoque a significados passados ou presentes contidos no conceito. Embora o uso de um conceito seja sincrônico, a recepção pressupõe uma diacronia, reforçando este caráter duplo dos conceitos. Defende-se então a noção de que toda sincronia comporta uma diacronia, que por sua vez constitui um objeto privilegiado do estudo da História conceitual. A dimensão sincrônica é privilegiada no estudo de eventos, enquanto a diacrônica permite a apreensão de grandes transformações, de caráter mais estrutural. A estrutura temporal dos conceitos é sempre complexa, o que impõe uma série de escolhas decisivas ao historiador. A compreensão deste complexo esquema de significados no interior de um conceito exige sua inserção num contexto mais amplo.

As técnicas da História dos Conceitos são diversas e envolvem a análise de variadas fontes, como textos acadêmicos, jornais, revistas, documentos de governo, dicionários e outros. Do ponto de vista teórico-metodológico, o historiador dos conceitos deve alternar entre abordagens onomasiológicas e semasiológicas. Enquanto a primeira parte do significado para a compreensão do significante (ou seja, busca apreender os diferentes termos usados para traduzir uma noção específica), a última parte do significante para o significado

(tentando abarcar os diferentes conteúdos impressos em um mesmo termo). A História conceitual busca transitar entre estas duas abordagens de maneira a construir um conhecimento que permita produzir a História concreta de forma mais precisa e, por consequência, não-anacrônica.

Nas palavras do próprio Koselleck, “a História dos conceitos evidencia a diferença que predomina entre um núcleo conceitual do passado e um núcleo conceitual contemporâneo, seja porque ela traduz o antigo uso lingüístico, ligado às fontes, de modo a defini-lo para a investigação contemporânea, seja porque ela verifica a capacidade de rendimento das definições contemporâneas de conceitos científicos. A História dos conceitos abrange aquela zona de convergência na qual o passado, com todos os seus conceitos, adentra os conceitos atuais.”² Em suma, a História dos Conceitos consiste nesse esforço de elaboração de um quadro teórico-metodológico que permita a articulação de um conhecimento histórico que integre as questões materiais ao mundo do pensamento e da construção lingüística.

B. A teoria – uma narrativa sobre a modernidade

Para além das questões de método, há uma outra face da obra de Koselleck que apresentamos como um desenvolvimento teórico. Esta se refere às suas reflexões acerca do processo de formação e das características constitutivas da modernidade. As considerações do autor nesse terreno se resumem às conclusões que ele deriva da análise do período de transição entre a Idade Média e o mundo moderno. A categoria fundamental que media essa aproximação ao objeto escolhido é o tempo. Não apenas o tempo histórico como diversas categorias que derivam ou se relacionam de maneira direta com ele, como nos casos de futuro, presente, passado, progresso, desenvolvimento e aceleração. A teoria da modernidade de Koselleck tem dois fundamentos que a estruturam de maneira importante que os demais, as idéias de aceleração e de aproximação entre experiência e expectativa. Como colocado acima, ambas as noções se relacionam de maneira direta com a concepção de tempo e,

² Koselleck, 2006. capítulo 5.

conseqüentemente, com a percepção que o homem tem de si mesmo no mundo.

Ainda que reconheça as dificuldades de estabelecer uma datação precisa para o princípio da modernidade – em que pesam as variações nos marcos temporais escolhidos por cada autor, desde 1500 até aproximadamente 1800 – Koselleck trabalha com o período compreendido entre os anos de 1750 e 1850. Segundo o autor, a modernidade teria início no século XVIII, pois foi a partir do esclarecimento que se tornou corrente uma compreensão por parte do homem de que o seu tempo presente era completamente novo. É na esteira dessa nova compreensão do tempo que se altera a relação entre passado e futuro, entre experiência e expectativa.

A diferença em relação aos períodos históricos anteriores é que eles não se entendiam da maneira como são classificados contemporaneamente. Na Antiguidade e na Idade Média, não existe tampouco uma percepção formada dentre os próprios coetâneos de que se vivia um período histórico essencialmente novo. Em outras palavras, há uma diferença marcante na concepção de tempo entre a modernidade e os períodos históricos que a precederam. Enquanto nas duas etapas anteriores prevalece uma noção circular da História, informada pela escatologia cristã, na modernidade constrói-se a noção de que o futuro é aberto e de que seu desenvolvimento não pode ser apreendido da análise do passado. É disso que se trata a fratura entre experiência e expectativa mencionada acima.

Experiência e expectativa são categorias antropológicas, na perspectiva de Koselleck. Elas determinam a maneira como o homem se vê no mundo e, apesar das variações nas relações entre as duas, o acompanham de maneira indissociável. Embora não seja um sinônimo de passado, o “espaço de experiência” remete aos eventos que já aconteceram. Ele é constituído por uma série de eventos transcorridos tanto na vida do indivíduo quanto na sociedade na qual está inserido. Esta espécie de reservatório de acontecimentos conforma a percepção que o homem tem de si mesmo no mundo. Assim sendo, um brasileiro jovem tem a ditadura militar como um dos elementos que compõem o

seu espaço de experiência, que conformam sua inserção no mundo, independentemente de ter vivenciado aquilo na prática. Da mesma maneira, o homem se situa no mundo a partir da forma como entende o que tem pela frente, seu “horizonte de expectativas”.

O argumento de Koselleck é que num universo caracterizado por uma concepção circular do tempo, expectativa e experiência caminham juntas. A marca distintiva da modernidade seria, então, o progressivo afastamento entre estas duas categorias. Nas realidades antiga e medieval havia uma percepção de que nada de essencialmente novo poderia acontecer no espaço de uma vida. Especialmente na Idade Média, a aproximação da História, informada pela doutrina cristã, não tinha a mudança no horizonte, uma vez que a vida mundana consistia num período de passagem. Até que viesse o momento do juízo final, a vida no mundo consistia numa espécie de espera. Nessa rotina, os eventos da história não traziam novidades em sua essência. Ao olhar para o passado era possível entender o futuro, uma vez que a margem para a variação era considerada pequena. Advém daí a idéia de que experiência e expectativa estavam coladas. A História podia, então, ser estudada como mestra da vida, como algo de onde se tiram ensinamentos para o comportamento no futuro.³ Em resumo, o tempo dos medievais não era estruturalmente distinto do tempo dos antigos. Entre os habitantes daquele período, não existia uma percepção de que se vivia um momento novo ou mesmo que se pudesse vir a viver. Esse tipo de construção perde seu lugar com o advento da modernidade.

Muitas são as diferenças entre a modernidade e os períodos anteriores, a começar pelo fato de que ela é conceituada de maneira concomitante ao seu desenvolvimento. Antiguidade e Idade Média são conceitos construídos à posteriori, como formas de classificar períodos que já passaram e que, em seu momento, não se compreendiam dessa maneira. Por sua vez, a modernidade, como fenômeno social, já surge com a reflexão sobre si própria, ou seja, com o conceito de modernidade como descrição. É justamente por considerar essa a marca distintiva da modernidade que Koselleck localiza o seu nascimento no

³ Ver o capítulo 2 de Koselleck, 2006 “Historia Magistra Vitae – sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento”

século XVIII e não antes, como outros historiadores fazem. Foi nesse período do esclarecimento que alguns homens passaram a ver o seu próprio tempo presente como novo. Essa atitude de ruptura em relação à história passada, esse abandono de uma perspectiva estática da História, tem origem não só em uma atitude diferente em relação ao passado, mas principalmente em relação ao futuro. Segundo Koselleck:

“... Só depois que as expectativas cristãs do fim deixaram de ser uma continua presença é que pôde ser descoberto um tempo que se transformou em ilimitado e se abriu para o novo. O avanço das ciências, que prometiam e anunciavam sempre mais descobertas no futuro, assim como a descoberta do novo mundo e de seus povos, repercutiram, de início lentamente, ajudando a criar a consciência de uma história universal, que como um todo estaria entrando em um novo tempo.”⁴

A idéia de um futuro aberto é um dos elementos constituintes da modernidade, fruto do processo de secularização que a acompanha. O desenvolvimento da ciência e a descoberta da América teriam sido fundamentais exatamente por permitirem uma experiência do sentido de progresso, em diferentes estágios. Ao olhar para a América, considerada selvagem pelos europeus, formava-se a noção de que existia algo de anacrônico em um tempo cronologicamente idêntico, para citar as palavras de Koselleck. Em outros termos, fortalecia-se a idéia de que existiam diferentes etapas evolutivas e que, portanto, não se podia saber com precisão o que viria pela frente, dado que o futuro deixara de ser um espelho do passado. Com isso, a estrutura temporal daquele presente se altera de maneira irreversível. Através dessa sensação de movimento na história, de que existia um sentido de progresso e desenvolvimento no desenrolar dos eventos históricos, cresceu a diferença entre experiência e expectativa. O futuro torna-se cada vez mais aberto e, por consequência, imprevisível. Com a consciência de época que começou a se formar nesse momento do iluminismo, o tempo passou a ser entendido como um tempo de transição. Para além do que se projeta no futuro, o presente se diferencia do passado num ritmo cada vez mais intenso. Nesse

⁴ Koselleck, 2006. Capítulo 13.

contexto, Koselleck trabalha com a aceleração como um dos elementos constituintes dessa nova etapa da vida humana, a modernidade.

“... abre-se o fosso entre a experiência anterior e a expectativa do que há de vir, cresce a diferença entre passado e futuro, de modo que a época que se vive é experimentada como um tempo de ruptura e de transição, em que continuamente aparecem coisas novas e inesperadas.”⁵

Tendo em vista que o homem não encontra mais na experiência um espelho para suas expectativas, o tempo presente se diferencia do passado numa velocidade crescente. Perde-se a sensação de que o passado constitui uma reserva de todas as situações possíveis, de onde podem ser retiradas as projeções do que ocorrerá no futuro imediato. Nesse terreno de relativa insegurança e instabilidade, o homem projeta suas expectativas para o que está adiante.

Assim sendo, no campo da linguagem, as características da modernidade são derivadas de sua nova estrutura temporal. O descolamento entre experiência e expectativa traz a última para o centro do vocabulário político e social. É com a conformação do por vir que passam a se preocupar os principais atores políticos e sociais. Nesse contexto, ganham força os conceitos terminados em “ismos” (liberalismo, republicanismo, anarquismo, socialismo e outros), todos portadores de um elemento de futuridade na sua composição. Estes conceitos carecem de uma relação profunda com a experiência e depositam elevada expectativa no tempo que virá. Essa é uma estrutura típica da modernidade, uma vez que reconhece a impossibilidade de se apoiar completamente na experiência. O futuro ganha preferência em relação ao passado, na medida em que a mobilização da política está informada por uma noção aberta de futuro, na qual o homem é protagonista da História, entendida como coletivo singular (a História universal). Ao se constituírem prioritariamente a partir da expectativa, os conceitos ganham maior potência na luta política do dia-a-dia.

⁵ Koselleck, 2006. Capítulo 13.

“Os conceitos políticos e sociais tornam-se instrumentos de controle do movimento histórico. São não apenas indicadores, mas também fatores de todas as mudanças que se estenderam à sociedade civil a partir do século XVIII. Só no horizonte da temporalização se torna possível que os adversários políticos se ideologizem mutuamente. Com isso, a forma funcional da linguagem sociopolítica se modifica.”

Com isso, conclui-se que a crescente abstração dos conceitos na modernidade, resultado de sua projeção para o futuro, e a sensação de aceleração no ritmo das mudanças vivenciadas são efeitos do distanciamento entre experiência e expectativa, decorrente da transformação na estruturação do tempo. Essa transformação na estruturação do tempo pode ser considerada a chave de interpretação da modernidade segundo as reflexões de Koselleck.

Conclusão: as possibilidades de aproximação

No Brasil, diversos pesquisadores vêm se apropriando das inovações teóricas apresentadas acima como caminhos para a interpretação de fenômenos da nossa História. Embora a recepção de algumas das escolas citadas, como a História das Mentalidades, seja bastante difundida, em outros casos, como o da História Conceitual, a aproximação é recente. Acredito ser interessante avaliar as possibilidades de recurso às reflexões de Koselleck como um aporte na pesquisa do vocabulário político brasileiro. As particularidades de uma nação que ocupa um lugar periférico na divisão do trabalho e as vicissitudes da nossa formação política exige que não aceitemos como válidas as investigações acerca da linguagem política realizadas em outras partes do mundo. Longe de rejeitar sua validade, trata-se apenas de entender que seu alcance é limitado na explicação das nossas questões.

Dito isto, penso ser possível trabalhar a questão da linguagem política no Estado Novo a partir de dois campos distintos, o do pensamento social brasileiro e o da História dos Conceitos, especialmente no que se refere ao seu arsenal metodológico. Por constituir tarefa de enorme fôlego, quiçá irrealizável por um só pesquisador, não pretendemos mapear todos os conceitos políticos que ocuparam lugar central na mediação das relações sociais de poder à época.

Atendendo à necessidade inescapável de delimitar um objeto mais definido, escolhi trabalhar com a revista *Cultura Política*, editada por Almir de Andrade.

Vinculada diretamente ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a *Revista Cultura Política* circulou entre março de 1941 e outubro de 1945. Sua criação se deu num contexto em que outras publicações se difundiam pelo país, como era o caso de “*Ciência Política*”, “*Estudos e Conferências*”, “*Brasil Novo*” e “*Planalto*”, a maioria das quais incentivada ou patrocinada pelo governo. A idéia da revista *Cultura Política* era elaborar uma compreensão teórica dos fenômenos de acelerada transformação pelos quais passava o Brasil. Por isso, seu objeto, definido de maneira genérica, eram os chamados estudos brasileiros. Exatamente por ter esse objetivo, de apreender processos de transformação política e social, que a publicação fornece uma possibilidade riquíssima como fonte primária. Sem a expectativa inocente de reproduzir de maneira perfeita uma realidade que já não persiste, o estudo nos termos propostos visa fornecer categorias que, em primeiro lugar, compreendam aquela realidade de maneira não-anacrônica para, em seguida, possibilitar uma “tradução” das questões daquele tempo para os termos contemporâneos. Sem a ilusão de uma aproximação absolutamente distanciada em relação ao objeto, faz-se necessário o reconhecimento de que o historiador se move pelas questões do tempo presente. Isso, no entanto, não representa um elemento impeditivo de qualquer pesquisa histórica e sequer coloca um obstáculo ao exercício de uma história conceitual – que pretende a reconstrução lingüística de um determinado tempo histórico.

O estudo que pretendo realizar filia-se a uma tradição aberta pelo trabalho clássico “*Estado Novo: Ideologia e Poder*”, de Lucia Lippi Oliveira, Monica Pimenta Veloso e Ângela de Castro Gomes. A partir de então, abriram-se possibilidades mais interessantes de análise do discurso político na Era Vargas, especialmente no Estado Novo. Outros trabalhos das mesmas autoras deram seqüência ao que foi iniciado no livro de 1982. “*A invenção do trabalhismo*” de Gomes e a coletânea “*O Brasil Republicano*”, que conta com a participação de Veloso, são bons exemplos de textos que levaram adiante aquilo que se começou a construir como alternativa aos modelos já

consolidados de interpretação do período. A referência aqui, obviamente, é a teoria do populismo, que teve maior desenvolvimento na academia de São Paulo. É contra esse edifício teórico, construído por Francisco Weffort e outros, que se levantam as autoras citadas acima. Se na chave interpretativa do populismo, o Estado aparece como o grande operador de um discurso que serve à manipulação das massas passivas, a partir do estudo realizado pelas pesquisadoras do CPDOC abriu-se uma trilha que tem maiores possibilidades de apreensão da complexidade das relações sociais e políticas de então.

A recepção das idéias de Koselleck parece vir ao encontro desse desejo de explorar as fontes disponíveis, não tomando-as de maneira monolítica. Até então, as análises sobre os mecanismos de comunicação e difusão ideológica do Estado Novo recaíram no erro de entender toda a produção do período como uma reprodução irrefletida do discurso oficial. *Cultura Política* vai muito além disso. Naturalmente, os principais ideólogos do Estado Novo participaram da revista e tiveram influência na sua produção. Entretanto, a publicação contou com a colaboração de diversos intelectuais do período, inclusive algumas das mais notórias figuras críticas ao regime, como Graciliano Ramos. Da mesma maneira, é possível perceber diferentes fases da revista, especialmente dois grandes momentos. Um primeiro, mais aberto, que vai do início da publicação até a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O segundo, mais panfletário, vai da entrada brasileira no conflito até o último exemplar da revista. Esses elementos contribuem para justificar a necessidade de uma investigação aprofundada acerca do conteúdo próprio das reflexões encontradas em *Cultura Política*. Esse estudo pode ser melhor desenvolvido se somarmos a já consolidada tradição de pesquisas sobre o pensamento social brasileiro. Trabalhos de autores como Luiz Werneck Viana e Ricardo Benzaquen já apontaram os benefícios que podem advir do estudo de grandes pensadores brasileiros na relação com os contextos sociais e políticos de suas vidas. Trazer esta forma de produção acadêmica contribui para a compreensão do objeto escolhido, na medida em que a investigação conceitual deve ser acompanhada de uma mirada sobre os protagonistas de *Cultura Política*, em conjunto com sua inserção no meio social e político. Pesquisar os conceitos presentes na revista

em conjunto com os autores de maior destaque é um caminho que deve render frutos na compreensão mais elaborada do Estado Novo.

Particularmente neste período histórico, as reflexões de Koselleck se mostram mais úteis como ferramentas analíticas. Um olhar sobre a nossa história aponta para a Era Vargas (1930-1945) como uma espécie de nascimento da modernidade brasileira. Sendo esse o caso, podemos nos apropriar das questões colocadas pelo autor alemão tanto do ponto de vista metodológico, quanto de uma perspectiva mais teórica. Caberia investigar se ocorrem, e como se processam, fenômenos tais quais os descritos. As mudanças na concepção do tempo aparecem nas obras dos grandes ideólogos do período, como Azevedo Amaral e Oliveira Viana. Fica pendente, então, uma análise mais detida sobre as conseqüências lingüísticas das evidentes transformações do mundo material. Aqui, como na Europa, conceitos relacionados à apreensão do tempo ganham maior espaço na organização da política. É o caso de “progresso” e “desenvolvimento”. Estes termos aparecem em abundância na linguagem dos articulistas de Cultura Política. No entanto, à diferença do que ocorreu no velho mundo, aqui no Brasil a mobilização destes conceitos veio acompanhada de um forte apelo ao realismo político como doutrina. Partia-se do entendimento de que era necessário conhecer o Brasil e suas características mais profundas como forma de construir um regime adequado à nossa realidade nacional. Assim sendo, a discussão em torno das categorias de movimento ganha uma nova dimensão, que inclui algo que está dado, como que na natureza da nossa cultura, por contraditória que pareça a expressão.

É nesse contexto que são trazidas novas categorias para a arena política e, talvez mais importante, são ressignificadas muitas das categorias até então disponíveis. Dentre elas, algumas fundamentalmente ligadas ao exercício da cidadania, como os conceitos de “trabalho” e de “homem”. Estes conceitos passaram por profundas transformações no período do Estado Novo, especialmente se tomarmos a primeira república como referência. As páginas de Cultura Política oferecem um retrato deste processo de mudança lingüística, que obviamente não pode ser entendido de maneira separada dos fenômenos

sociais que o cercaram. Enquanto a primeira foi objeto de um longo e apurado estudo, por parte de Ângela de Castro Gomes, a segunda permanece como um tópico relevante para a pesquisa que está por vir. O caminho passa pela investigação do que seria o “homem novo” e pelos usos que a expressão adquiriu no período. O protagonista dessa empreitada deve ser Paulo Augusto de Figueiredo, um dos principais articulistas da revista. Ele é uma das figuras que mais se dedicou à elaboração desta temática, buscando definir as bases do que seria o novo homem, que nascia com o novo regime, aquele capaz de apreender e traduzir politicamente a realidade nacional.

O trabalho de pesquisa das ricas fontes do Estado Novo, um período de profícuo debate intelectual, exige um esforço coletivo. Uma vez estabelecidas as bases para a investigação deste vasto material, cabe agora aos jovens pesquisadores seguirem esse caminho, de maneira a oferecer um panorama mais completo da experiência histórica em questão. É nesse sentido que pretendo desenvolver os pontos apresentados, como uma forma de somar mais uma pequena peça a este enorme quebra-cabeça. A idéia de construir um grande quadro interpretativo a partir destas fontes remete novamente ao projeto de Koselleck. A tradução daquela linguagem política para o nosso tempo e a compreensão das raízes históricas de muitas das nossas formas correntes de comunicação no espaço político e social constituem tarefas da maior importância. As relações entre intelectuais, elite, Estado e povo são decisivas para a conformação deste espaço e devem ser analisadas como formas de conhecimento fundamentais para a elaboração de uma narrativa histórica que não se limite aos movimentos do material. Minha escolha não representa uma negação da dimensão material do mundo ou qualquer manifesto em favor de uma realidade constituída apenas a partir do plano da linguagem. No entanto, recusar o estudo do pensamento e da linguagem como etapas inescapáveis da compreensão do mundo parece limitado.

Bibliografia:

ANDERSEN, Niklas. **Discursive analytical strategies: understanding Foucault, Koselleck, Laclau, Luhmann.** Bristol: The policy press, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História.** Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo.** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

HABERMAS, Jurgen. **O discurso filosófico da modernidade.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares. IN: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, pp. 27-38, 2005.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES Jr., João (Orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola; IUPERJ, 2006.

_____. **História dos conceitos: diálogos transatlânticos.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Edições Loyola; IUPERJ, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês.** Rio de Janeiro: editora contraponto, 1999.

_____. **O futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2006.

_____. **The practice of conceptual history.** Stanford: Stanford University Press, 2002.

_____. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. IN: **Revista Estudos Históricos**, v.10, pp.134-146, 1992.

LACERDA, Eliane Santoro de. **A Democracia Através do Espelho**: uma investigação sobre o conceito de democracia nas páginas de Cultura Política. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

LOVEJOY, Arthur O. **A grande cadeia do ser**. São Paulo: Editora Palíndromo, 2005.

MANHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

PAIVA, Valéria da Silva. **Diálogo Cordial**: Cultura Política, os intelectuais e as letras no Estado Novo. Rio de Janeiro, 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ.

POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora USP, 2003.

RICHTER, Melvin. Begriffsgeschichte in theory and practice: reconstructing the history of political concepts and languages". IN: W. Melching e W. Vilema (eds.). **Main currents in cultural history: ten essays**. Amsterdam: Rodopi, 1994.

_____. **The History of political and social concepts**: a critical introduction. New York: Oxford University Press, 1995.

SKINNER, Quentin. The rise of, challenge to and prospects for a Collingwoodian approach to the history of political thought. IN: CASTIGLIONE, Dario. **The history of political thought in national context**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. **Visions of politics volume I**: regarding method. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.